

Art. 16. O cônjuge do Auditor do Estado, quando servidor estadual, será removido, se o requerer, para a sede da unidade operacional onde este tiver exercício ou lotação.

Parágrafo único. Não havendo condições de exercício no quadro da respectiva repartição, será o cônjuge posto à disposição de outro serviço público estadual local.

Art. 17. O Auditor do Estado que tenha sido removido e possua filho matriculado em estabelecimento de ensino estadual de qualquer grau, terá assegurada a matrícula em estabelecimento congênere, na sede da nova unidade operacional em que tiver exercício o Auditor do Estado, em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga.

CAPÍTULO III
DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS FUNCIONAIS

Art. 18. Ao Auditor do Estado, no exercício de seu cargo, são assegurados os seguintes direitos e prerrogativas funcionais:

- I - utilizar a carteira de identidade funcional, inclusive na inatividade, expedida pela Secretaria da Fazenda, segundo modelo aprovado em regulamento, com força legal em todo território do Estado;
- II - auxílio ou colaboração das autoridades administrativas, policiais e seus agentes, sempre que lhes for solicitado;
- III - exercer outros encargos ou funções correlatas com a atividade pública, de relevante interesse do Estado, a juízo do Governador do Estado, ouvido o Secretário de Estado da Fazenda;
- IV - **VETADO**;
- V - **VETADO**;
- VI - exercer outras atribuições ou encargos que lhes confirmam esta Lei Orgânica, inclusive em disposições transitórias, e a legislação pertinente a suas atribuições ou encargos ou em sua decorrência.

Parágrafo único. **VETADO**.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19. Compete ao Auditor do Estado, carreira de que trata o art. 76 da Constituição Estadual, entre outras derivadas desta Lei Orgânica ou cometidas por outras leis ou regulamentos, as seguintes atribuições correspondentes:

- I - ao exercício exclusivo da ação de controle interno, compreendendo fundamentalmente:
 - a) estabelecer normas e procedimentos sobre matéria de natureza contábil, no âmbito da Administração Direta, das Fundações e Autarquias;
 - b) elaborar Plano de Contas, Classificadores, Demonstrativos e Ementários de Receita e Despesa Públicas;
 - c) planejar, organizar e implantar sistemas contábeis no âmbito da Administração Direta, das Fundações e Autarquias;
 - d) orientar, controlar e validar as atividades relacionadas com o registro dos atos e fatos relativos às gestões orçamentária, extraorçamentária, financeira e patrimonial, inclusive dos fundos especiais;
 - e) coordenar, analisar, orientar, executar e validar todas as atividades relativas aos serviços de contabilidade da Administração Direta do Estado;
 - f) supervisionar e orientar os serviços de contabilidade das Autarquias e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado;
 - g) elaborar o levantamento do Balanço Geral do Estado e o Balanço Consolidado do Setor Público Estadual;
 - h) analisar, interpretar e avaliar os elementos integrantes do Balanço Geral do Estado, dos Balanços das Entidades Públicas Estaduais e dos Balanços Consolidados do Setor Público;
 - i) participar de órgãos colegiados que deliberem sobre matéria atinente à auditoria e à contabilidade governamental;
 - j) controlar e emitir parecer sobre as participações societárias e as operações de crédito do Estado;
 - l) examinar e emitir parecer de tomada de contas dos ordenadores da Administração Direta;
 - m) executar auditoria contábil, administrativa e operacional na Administração Direta, nas Autarquias, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista e Controladas e nas Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, com a emissão dos respectivos relatórios e pareceres;
 - n) realizar perícias e revisões contábeis, na sua área de competência;
 - o) emitir parecer ou prestar informações sobre matéria contábil;
 - p) exercer o controle sobre todos aqueles que, a qualquer modo, arrecadem rendas, efetuem despesas ou administrem bens do Estado;
- II - ao exercício privativo das seguintes funções e atividades vinculadas ao Controle Interno:
 - a) orientar e assessorar as entidades da Administração Indireta no aprimoramento de seus controles internos;
 - b) examinar e manifestar-se previamente sobre processos, licitações, contratos, ajustes, convênios ou outros instrumentos que, direta ou indiretamente, possam originar despesas públicas;
 - c) emitir parecer ou prestar informações sobre matéria financeira, orçamentária, patrimonial ou administrativa;
 - d) examinar e emitir parecer sobre processos de prestação de contas;
 - e) gerenciar as atividades referentes ao desenvolvimento, implantação, manutenção, operação, inclusive supervisão, de sistemas de processamento eletrônico de dados, relacionados com o controle interno;
 - f) prestar assessoria aos municípios, em matéria de sua competência;
 - g) expedir instruções normativas e responder consultas relativas a matérias pertinentes a sua área de atuação;
 - h) realizar estudos, proposições e divulgação de medidas para o aperfeiçoamento da legislação, na área de sua competência;
 - i) prestar apoio técnico aos órgãos de representação judicial do Estado e aos demais órgãos e Poderes do Estado;
 - j) exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhes sejam determinados pela legislação vigente ou pelas autoridades competentes;
- III - ao exercício das seguintes atividades vinculadas ao controle interno do Estado:
 - a) desempenhar funções docentes, de coordenação ou de direção em cursos de treinamento, aperfeiçoamento, especialização e outras formas de qualificação profissional;
 - b) desempenhar funções docentes, de coordenação ou de direção de cursos, em programas destinados à orientação de profissionais de atividades vinculadas à contabilidade e ao controle interno, promovidos pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado;
 - c) exercer, inclusive em substituição, outros cargos ou funções de direção, coordenação ou assessoramento em áreas da Secretaria da Fazenda;
 - d) avaliar os resultados dos programas de governo, com ênfase nos indicadores e nas metas físicas, no âmbito de competência do controle interno;
 - e) pesquisar, planejar e implantar sistemas de acompanhamento e apuração dos custos dos serviços públicos;
 - f) exercer ou executar outras atividades ou encargos que lhe sejam determinados por lei ou pela autoridade competente;
- IV - ao exercício das seguintes atividades vinculadas à correição:
 - a) fiscalizar as atividades da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, bem como dos seus agentes, realizando inspeções e correições e sugerindo as medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e eficiência dos serviços;
 - b) efetuar com exclusividade os Processos Administrativo-Disciplinares em que sejam indiciados Auditores do Estado;
 - c) requisitar, de qualquer autoridade, certidões, diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função;
 - d) exercer atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas ou delegadas.

§ 1.º As informações e os esclarecimentos prestados à autoridade administrativa revestir-se-ão de caráter sigiloso, sendo vedada a sua divulgação pelas autoridades a quem forem prestados tais esclarecimentos ou informações.

§ 2.º Para o exercício das atividades previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso III, o Auditor do Estado fará jus a honorários adicionais, inclusive durante o horário de trabalho, nos limites e condições previstas em regulamento

CAPÍTULO V
DOS DEVERES

Art. 20. Constituem deveres do Auditor do Estado:

- I - dar cumprimento à legislação que disciplina o exercício do controle interno e nesse sentido informar e orientar os gestores públicos do Estado;
- II - manter conduta compatível com a dignidade do cargo e da função pública, nos atos de sua vida pública e privada, zelando por sua respeitabilidade pessoal e pelo prestígio da carreira e da instituição em que está integrado;
- III - tratar com urbanidade as partes intervenientes, no desempenho de suas atribuições, prestando as informações e a orientação pertinentes;
- IV - desempenhar com zelo, diligência e presteza as atribuições do cargo, assim como os encargos que lhe forem cometidos, na forma de lei, regulamento e instruções emanadas das autoridades competentes;
- V - zelar pela regularidade e celeridade dos expedientes em que intervenha no exercício de suas atribuições;
- VI - manter-se atualizado nos conhecimentos profissionais pertinentes ao exercício de seu cargo;
- VII - manter devidamente organizada sua coleção de leis, decretos, regulamentos, instruções, ordens de serviço e outras normas complementares, que lhe são fornecidos pelo Estado;
- VIII - encaminhar aos órgãos e autoridades competentes, dentro dos prazos estabelecidos, a documentação referente às atividades desenvolvidas no exercício do cargo;
- IX - dar ciência ao superior hierárquico imediato, sempre que se afastar da respectiva sede de lotação ou designação;
- X - guardar sigilo profissional, ressalvados os casos de requisição de autoridade judicial no interesse da justiça;
- XI - manter espírito de cooperação e solidariedade com os companheiros de trabalho, dentro dos princípios da ética profissional;
- XII - identificar-se funcionalmente sempre que necessário;
- XIII - atender aos encargos especificados nas disposições transitórias.

Art. 21. Ao Auditor do Estado é vedado exercer outra atividade pública ou privada.

§ 1.º Para os efeitos desta Lei Orgânica, considera-se atividade privada proibida aquela:

- I - exercida na qualidade de empregado, mandatário ou representante mercantil, profissional liberal, trabalhador autônomo ou similar;
- II - decorrente da participação na gerência ou administração de empresa comercial ou industrial, bem como de atividade comercial, industrial, financeira ou de prestação de serviços, exceto como acionista, sócio quotista ou comanditário;
- III - resultante de função ou mandato em sociedade civil ou fundação, salvo a que não distribua lucro e seja de objetivo filantrópico, assistencial, associativo, cultural, científico, recreativo ou desportivo, e desde que o exercício da função ou mandato, nesses casos, seja gratuito e compatível com o exercício normal das atribuições do cargo.

§ 2.º Não se aplica a proibição prevista neste artigo ao exercício de cargo de magistério, ao mandato eletivo de cargo público e aos casos em que o Auditor do Estado desempenhar funções em entidades da Administração Indireta do Estado, observadas as prescrições constitucionais.

Art. 22. O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido em sábados, domingos e feriados ou no período da noite, por determinação de superior hierárquico, em casos especiais ou quando haja escala de serviços para esse fim, assegurado o descanso estabelecido em lei.

CAPÍTULO VI
DO CONCURSO DE INGRESSO

Art. 23. O ingresso na carreira de Auditor do Estado dar-se-á na classe inicial, após aprovação em concurso público de provas escritas, realizado nos termos desta Lei Orgânica e da legislação aplicável.

§ 1.º O concurso de ingresso poderá ser desdobrado em duas fases, ambas de caráter eliminatório, sendo a primeira de provas escritas, seguida de outra por frequência regular e aprovação em curso ministrado em grau de especialização superior, em escola mantida ou designada pela administração fazendária, hipótese em que o edital de abertura do concurso proverá sobre essa modalidade de ingresso e a ajuda de custo devida ao candidato no valor de cinquenta por cento dos vencimentos da classe A do Auditor do Estado, facultada ao servidor público estadual a opção por valor correspondente aos vencimentos a que fizer jus no cargo que ocupar.

§ 2.º O concurso de ingresso deverá ser aberto sempre que o número de vagas na classe inicial corresponder a 60% (sessenta por cento) dos cargos na referida classe, apurado nos meses de junho e de dezembro de cada ano.

§ 3.º A critério do Secretário de Estado da Fazenda, ouvido o Contador e Auditor-Geral do Estado, fica facultada a realização de concurso público por formação profissional e/ou por área de atuação.

Art. 24. O prazo para inscrição no concurso não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar do trigésimo primeiro dia da publicação do edital de abertura no Diário Oficial do Estado.

Art. 25. O edital de abertura do concurso para Auditor do Estado conterá, entre outras disposições sobre o assunto, os requisitos e as condições para a inscrição, o prazo para entrega dos pedidos, o número de vagas existentes na classe inicial a preencher, os programas das matérias sobre os quais versarão as provas escritas e os critérios de sua avaliação.

Art. 26. São requisitos para inscrição no concurso:

- I - ser brasileiro;
- II - encontrar-se no gozo e exercício dos seus direitos civis;
- III - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - ter concluído curso de nível superior, em grau de bacharelado, de duração plena, em Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Administração, ou outro curso de mesmo nível e graduação correlato com as atividades de controle interno, conforme ficar estabelecido no regulamento do concurso;
- V - ter ilibada conduta social, profissional ou funcional e não registrar antecedentes criminais;
- VI - haver recolhido a taxa de inscrição especificada no edital.

Art. 27. O edital de abertura do concurso poderá prever uma fase preliminar de realização de uma ou mais provas escritas de caráter eliminatório, hipótese em que serão encaminhados à Comissão de Ingresso exclusivamente os prontuários dos candidatos aprovados nessa etapa.